

III

DIMENSÕES DA CRISE CONTEMPORÂNEA DO SINDICALISMO: IMPASSES E DESAFIOS

→ Rouillon
- proletário
- 22 de junho
- outubro propriamente

poros a peder
para a peder - o vintanhamito
6

Sinodista - Partido
apertamento

→ processo subproletariano

Gostaríamos de discutir agora as *repercussões que essas metamorfoses tiveram junto ao movimento dos trabalhadores*. Começamos por levantar as seguintes questões: as inúmeras e significativas mudanças no mundo do trabalho acarretaram quais consequências no universo da subjetividade, da consciência do ser social que trabalha? Mais particularmente, que resultados essas transformações tiveram nas ações de classe dos trabalhadores, em seus órgãos de representação e mediação, como os sindicatos, que presenciam uma reconhecida situação crítica? Quais as evidências, dimensões e significados mais agudos dessa crise contemporânea dos sindicatos? Estes demonstram vitalidade para ir além de uma ação marcadamente defensiva e, desse modo, recuperar o significado mais expressivo da ação sindical?¹

Iniciaremos esta discussão, que diz respeito à *crise contemporânea dos sindicatos*, respondendo às seguintes questões: 1) Quais são os contornos e dimensões essenciais desta crise? 2) Por que se pode efetivamente dizer que há uma *crise do sindicalismo*? 3) Frente a essa situação, quais são os principais desafios do movimento sindical?

Analisamos detalhadamente, na primeira parte deste livro, as metamorfoses em curso no mundo do trabalho. Vimos que elas afetaram a forma de ser da classe trabalhadora, tornando-a mais heterogênea, fragmentada e complexificada. Essas transformações afetaram também intensamente os organismos sindicais em escala mundial. Como expressão mais evidente dessa crise pode-se destacar uma nítida tendência de diminuição das taxas de sindicalização, especialmente na década de 1980.

metamorfoses no mundo
do T → afeta forma de
ser da classe Tadora
+ heterogênea/fragmentada e complexificada

Começemos a discussão deste ponto pela apresentação dos níveis ou taxas de sindicalização, em ordem crescente, encontradas em vários países capitalistas:

*Taxa de Sindicalização: 1988**

França:	12%
Espanha:	16%
Estados Unidos:	16,8%
Turquia:	18,8%
Grécia:	25%
Países Baixos:	25%
Suíça:	26%
Japão:	26,8% **
Portugal:	30%
Alemanha:	33,8%
Canadá:	34,6%
Itália:	39,6%
Reino Unido:	41,5%
Austrália:	42%
Áustria:	45,7%
Luxemburgo:	49,7%
Nova Zelândia:	50,5%
Irlanda:	52,4%
Bélgica:	53%
Noruega:	55,1%
Finlândia:	71%
Dinamarca:	73,2%
Holanda:	78,3%
Suécia:	85,3%

tendência de
diminuição na
taxa de sind.
no dec de 80

* Com as exceções de Holanda, 1989; Irlanda, 1987; Luxemburgo, 1989; Nova Zelândia, 1990; Espanha, 1985; Suíça, 1987; Turquia, 1987.

** As taxas referentes a Portugal e Grécia são por estimativa.²

Em outro estudo sobre o fenómeno da dessindicalização, elaborado também por J. Visser, são detalhadas as informações que corroboram as tendências recentes das taxas de sindicalização: diz o autor que, entre 1980/1990, na maioria dos países capitalistas ocidentais industrializados, a taxa de sindicalização, isto é, a relação entre o número de sindicalizados e a população assalariada, tem decrescido. A Europa Ocidental em seu conjunto, excluída a Espanha, Portugal e Grécia, reduziu de 41% em 1980 para 34% em 1989. Incorporando-se àqueles três países acima citados, as taxas seriam ainda menores. Pode-se lembrar, para efeito de comparação, o Japão, cuja taxa caiu de 30% para 25%, no mesmo período, e os Estados Unidos, cuja redução foi de 23% para 16% (Visser, 1993: 18-19). Na Espanha, França, Grã-Bretanha, Países Baixos e, em menor medida, na Itália, Irlanda, Grécia e Portugal, houve forte queda nas taxas de sindicalização, bem como uma queda absoluta do número de membros (de que foram exemplos a Espanha, França e Grã-Bretanha). Houve um ligeiro recuo, principalmente na segunda metade da década, na Bélgica, Luxemburgo, Alemanha Ocidental, Áustria e Dinamarca. Na Finlândia, Noruega e Suécia o sindicalismo viu aumentar os seus efetivos durante os anos 80, mas uma mudança também começou a se verificar a partir de 1988 (idem: 19). O autor afirma ainda que um decréscimo dessa intensidade, nas taxas de sindicalização, não encontra similar em nenhum momento da história sindical do pós-guerra (id. ibid.).

Essa tendência à dessindicalização não deve ser confundida, entretanto, com uma uniformização do sindicalismo: na Suécia, por exemplo, mais de 80% dos assalariados são sindicalizados. Junto com a Bélgica e a Áustria, compreende o campo dos países com maiores índices de sindicalização. A Itália, a Grã-Bretanha e a Alemanha formam um grupo de países intermediários, e a França, a Espanha e os EUA estão na retaguarda, seguidos pelo Japão, Países Baixos e Suíça (idem: 24).³

Um outro elemento decisivo no desenvolvimento e expansão da crise sindical é encontrado no fosso existente entre os trabalhadores "estáveis", de um lado, e aqueles que resultam

do trabalho precarizado etc., de outro. Com o aumento desse abismo social no interior da própria classe trabalhadora, reduz-se fortemente o poder sindical, historicamente vinculado aos trabalhadores "estáveis" e, até agora, incapaz de aglutinar os trabalhadores parciais, temporários, precários, da economia informal etc. Com isso, começa a desmoronar o sindicalismo vertical, herança do fordismo e mais vinculado à categoria profissional, mais corporativo. Este tem se mostrado impossibilitado de atuar como um sindicalismo mais horizontalizado, dotado de uma abrangência maior e que privilegie as esferas intercategoriais, interprofissionais, por certo um tipo de sindicalismo mais capacitado para aglutinar o conjunto dos trabalhadores, desde os "estáveis" até os precários, vinculados à economia informal etc. (ver Bihr, 1991: 106).

A fragmentação, heterogeneização e complexificação da classe-que-vive-do-trabalho questiona na raiz o sindicalismo tradicional e dificulta também a organização sindical de outros segmentos que compreendem a classe trabalhadora. Como diz Visser, o sindicalismo tem encontrado dificuldade para incorporar as mulheres, os empregados de escritório, os que trabalham no setor de serviços mercantis, os empregados de pequenas empresas e os trabalhadores em tempo parcial. No que diz respeito às mulheres, com exceção de alguns países como Suécia, Dinamarca e Finlândia, presenciam-se as menores taxas de sindicalização. Também os trabalhadores não-manuais, mais intelectualizados, ainda estão a reboque dos trabalhadores manuais, mesmo que as diferenças tenham se atenuado, especialmente nos países escandinavos. Os assalariados da indústria ainda filiam-se com mais intensidade aos sindicatos, do que os trabalhadores do comércio, do setor hoteleiro ou de serviços financeiros privados (Visser, 1992: 21-22). Trabalhadores em pequenos estabelecimentos, trabalhadores parciais, os imigrantes, os empregados em tempo parcial ou por tempo determinado, as mulheres, os jovens etc., parecem compor um quadro diverso que acaba por dificultar um aumento das taxas de sindicalização. As mulheres, por exemplo, participam com mais intensidade do mercado de trabalho como trabalhadoras em tempo parcial,

temporário etc. Isso talvez ajude a entender as reduzidas taxas de sindicalização no universo feminino. Em relação às reduzidas taxas de sindicalização dos trabalhadores mais jovens, lembra ainda Visser que é difícil afirmar se elas exprimem um fenômeno temporário ou o prenúncio de uma nova tendência entre os trabalhadores (idem: 23).

Paralelamente a esse processo que impulsiona a dessindicalização, tem-se presenciado importantes avanços na organização sindical dos assalariados médios. Na Inglaterra, onde os sindicatos têm recorrido à fusão como forma de resistir à avalanche neoliberal, houve recentemente um exemplo significativo de união orgânica de vários sindicatos do setor público que criaram a mais forte entidade sindical do país — denominada *Unison* — com cerca de um milhão e quatrocentos mil filiados (*El País*, 24/01/93: 5). Sabe-se que entre 1979/1985, o número de membros filiados ao Trade Union Congress (TUC), central sindical inglesa, confirmando a tendência que acima desenvolvemos, declinou de 12,2 milhões para 9,5 milhões, uma queda de 22%. Se levarmos em conta o total dos sindicalizados, vinculados ou não ao TUC, a perda, durante o mesmo período, foi de 13,5 milhões para 11 milhões, ou seja, de 18,5% (Kelly, 1987: 10). Neste contexto, o avanço do sindicalismo dos assalariados médios é expressivo: "Considerando-se apenas o setor privado, em meados da década de 1980, os não-manuais representavam, na Áustria, 22% de todos os sindicalizados; na Dinamarca, 24%; na Alemanha, 18%; na Holanda, 16%; na Noruega, 17%; na Suécia, 23%; na Suíça, 25%.

Na Alemanha, atualmente, de cada três sindicalizados, um é de 'classe média', enquanto na Noruega e na Holanda estima-se que a metade dos trabalhadores sindicalizados não exerça uma profissão manual. Na França, onde a crise do sindicalismo é especialmente forte, a proporção de não-manuais (setores privado e público) entre os sindicalizados é superior a 50%. Na Noruega, é de 48%, na Grã-Bretanha, de 40%, de 36% na Suécia, de 35% na Áustria, de 32% na Dinamarca, de 20% na Itália" (Rodrigues, 1993b: 3). Essa expansão do

sindicalismo de empregados dos setores público e privado, entretanto, como alerta Leôncio Martins Rodrigues, não foi, na maior parte dos países, suficiente para compensar, em termos de taxa de sindicalização, o declínio do sindicalismo dos trabalhadores manuais (id *ibid.*).

Uma outra consequência dessas transformações no âmbito sindical foi a intensificação da tendência *neocorporativa*, que procura preservar os interesses do operariado estável, vinculado aos sindicatos, contra os segmentos que compreendem o trabalho precário, terceirizado, parcial etc., o que denominamos *subproletariado*. Não se trata de um corporativismo estatal, mais próximo de países como Brasil, México, Argentina, mas de um corporativismo societal, atado quase que exclusivamente ao universo categorial, cada vez mais *excludente e parcializado*, que se intensifica frente ao processo de fragmentação dos trabalhadores, em vez de procurar novas formas de organização sindical que articule amplos e diferenciados setores que hoje compreendem a classe trabalhadora. Tem-se, como alerta Alain Bihr (1991:107), um risco crescente de ampliação dessa modalidade de corporativismo.

Essas transformações também afetaram as ações e práticas de greves, que tiveram sua eficácia em alguma medida reduzida em decorrência da fragmentação e heterogeneização dos trabalhadores. Ao longo da década de 1980 pôde-se constatar uma diminuição dos movimentos grevistas nos países capitalistas avançados, que por certo advém das dificuldades de aglutinar, numa mesma empresa, os operários "estáveis" e aqueles "terceirizados", que trabalham por empreitada, ou os trabalhadores imigrantes, segmentos que não contam, em grande parte, nem mesmo com a presença de representação sindical. Tudo isso dificulta ainda mais as possibilidades do desenvolvimento e consolidação de uma *consciência de classe* dos trabalhadores, fundada em um sentimento de *pertencimento de classe*, aumentando consequentemente os riscos de expansão de movimentos xenofóbicos, corporativistas, racistas, paternalistas, no interior do próprio mundo do trabalho (ver Bihr, 1991: 107-1088).

Esse quadro complexificado, de múltiplas tendências e direções, afetou agudamente o movimento sindical, originando a *crise mais intensa* em toda a sua história, atingindo, especialmente na década de 1980, os países de capitalismo avançado, e posteriormente, dada a dimensão globalizada e mundializada dessas transformações, em fins daquela década e na viragem da década de 1990, também os países do Terceiro Mundo, particularmente aqueles dotados de uma industrialização significativa, como é o caso do Brasil, México, entre tantos outros. Crise sindical que se defronta com uma contextualidade que tem, em síntese, as seguintes tendências:

1) Uma crescente individualização das relações de trabalho, deslocando o eixo das relações entre capital e trabalho da esfera nacional para os ramos de atividade econômica e destes para o universo *micro*, para o local de trabalho, para a empresa e, dentro desta, para uma relação cada vez mais *individualizada*. Esta tendência se constitui num elemento essencialmente nefasto do sindicalismo de empresa, do "sindicato-casa", que se originou na Toyota e hoje se expande mundialmente.

2) Uma fortíssima corrente no sentido de *desregulamentar e flexibilizar ao limite* o mercado de trabalho, atingindo duramente conquistas históricas do movimento sindical que tem sido, até o presente, incapaz de impedir tais transformações.

3) O esgotamento dos *modelos sindicais* vigentes nos países avançados que optaram, nessa última década, em boa medida, pelo *sindicalismo de participação* e que agora contabilizam prejuízos de brutal envergadura — dos quais o mais evidente é o *desemprego estrutural* que ameaça implodir os próprios sindicatos. O que (re)obriga o movimento sindical, em escala global, a novamente lutar, sob formas mais ousadas e em alguns casos mais radicalizadas, como várias greves dos anos 90 nos têm mostrado, pela preservação de alguns direitos sociais e pela *redução da jornada de trabalho* como caminho possível, no plano da imediatidade, visando diminuir o desemprego estrutural. Quando mencionamos o esgotamento dos modelos sindicais vigentes nos países avançados, pensamos nas

suas variantes mais conhecidas, sintetizadas por Freyssinet (1993: 12-14), a saber:

a) o modelo anglo-saxão (acompanhado com similaridades pelo modelo norte-americano) que se caracteriza por uma ação governamental de inspiração neoliberal e ultraconservadora, por um patronato hostil, que visualiza o enfraquecimento ou mesmo a eliminação dos sindicatos. Os direitos são crescentemente reduzidos e a negociação cada vez mais fragmentada.

b) o modelo alemão, considerado dual porque baseado, por um lado, na contratação coletiva de trabalho relacionada com os respectivos ramos profissionais e, de outro, na conquista e exercício de direitos, limitados mas reais, na gestão das empresas. Este modelo, ainda segundo Freyssinet, supõe a presença tripartite: Estado, patronato e sindicatos que, apesar de suas diferenças e enfrentamentos, estão de acordo em manter estáveis as regras do jogo.

c) o modelo japonês, fundamentado no sindicalismo de empresa, participacionista, que adere à cultura e ao projeto das empresas, obtendo em troca certas garantias de estabilidade quanto a empregos e salários, bem como a consulta nos assuntos que dizem respeito à organização do trabalho.⁴

Se é verdade que, nos limites desta generalização, o modelo alemão é aquele menos desfavorável aos trabalhadores dos países centrais, merecendo por isso uma atração maior por parte deles, é nítido também que, no que diz respeito ao capital, as opções preferenciais variam entre o modelo inglês e o japonês (idem: 13-14). Cremos, entretanto, que com a crise do *welfare state* e a desmontagem das conquistas sociais da fase social-democrática, não é difícil perceber o impasse em que se encontra esta variante sindical. A via participacionista, que vincula e subordina a ação sindical aos condicionantes impostos pelas classes dominantes — à medida que se atém às reivindicações mais imediatas e dentro desse universo pactuado com o capital — tem obtido resultados extremamente débeis e mesmo negativos, quando se pensa no conjunto da classe-que-vive-do-trabalho.

É por esse motivo que começam a ganhar maior expressão movimentos sindicais alternativos, que questionam a ação eminentemente defensiva, praticada pelo sindicalismo tradicional, que se limita à ação dentro da Ordem. Só a título de exemplo, pode-se citar os Cobas (Comitati di Base), que começaram a despontar a partir de meados da década de 1980 na Itália, em setores vinculados ao ensino público, aos controladores de voo, aos ferroviários e mesmo em alguns núcleos do operariado industrial, e que têm questionado fortemente os acordos realizados pelas centrais sindicais tradicionais, especialmente a CGIL, de tendência ex-comunista, que em geral têm pautado sua ação dentro de uma política sindical moderada.⁵

4) Uma tendência crescente de burocratização e institucionalização das entidades sindicais, que se distanciam dos movimentos sociais autônomos, optando por uma alternativa de atuação cada vez mais integrada à institucionalidade, ganhando, com isso, "legitimidade" e estatuto de moderação, pelo distanciamento cada vez maior de ações anticapitalistas e a conseqüente perda de radicalidade social. Constituíram-se e consolidaram-se enquanto organismos defensivos e, por isso, têm se mostrado incapazes para desenvolver e desencadear uma ação para além do capital (Mészáros, 1993: 20-21 e 1987: 114 ss.).⁶

5) Junto ao culto do individualismo exacerbado e da resignação social, o capital amplia enormemente — por métodos mais ideológicos e manipulatórios do que diretamente repressivos, estes preservados somente para os momentos estritamente necessários — sua ação isoladora e coibidora dos movimentos de esquerda, especialmente aqueles que ensaiam práticas dotadas de dimensão anticapitalista. É lugar-comum, hoje, em qualquer parte da sociedade produtora de mercadorias, um clima de adversidade e hostilidade contra a esquerda, contra o sindicalismo combativo e os movimentos sociais de inspiração socialista.

Se essas são as tendências em curso, queremos concluir esta parte do nosso livro, sobre as dimensões atuais da crise

sindical, indicando *alguns dos enormes desafios* que marcam o conjunto do movimento sindical em escala global, neste final do século XX, e que podemos resumir nos seguintes termos:

1) Os sindicatos serão capazes de romper com a enorme barreira social que separa os trabalhadores "estáveis", mais "integrados" ao processo produtivo e que se encontram em processo de redução, em relação àqueles trabalhadores em tempo parcial, precário, "terceirizados", subempregados da economia informal, em significativa expansão no processo produtivo contemporâneo? Serão capazes de organizar sindicalmente os desorganizados e com isso reverter as taxas de dessindicalização, presentes nas principais sociedades capitalistas?

2) Serão capazes de romper com o *novo corporativismo*, que defende exclusivamente suas respectivas categorias profissionais, abandonando ou diminuindo fortemente seus conteúdos mais acentuadamente classistas? Trata-se aqui, como indicamos anteriormente, de um *corporativismo societal*, excludente, parcializador e que *preserva e mesmo intensifica* o caráter fragmentado e heterogêneo da classe trabalhadora. Serão capazes de repudiar enfaticamente as manifestações de seus setores mais atrasados — que por vezes se aproximam dos movimentos xenófobos, ultranacionalistas e racistas, responsáveis por ações contra os trabalhadores imigrantes, oriundos do Segundo e do Terceiro Mundo — e, ao contrário, tecer formas de ação solidárias e classistas, capazes de aglutinar esses contingentes de trabalhadores praticamente excluídos até mesmo da representação sindical?

3) Serão capazes de reverter a tendência, desenvolvida a partir do *toyotismo* e hoje avançando em escala global, que consiste em reduzir o sindicato ao âmbito exclusivamente fabril, ao chamado *sindicalismo de empresa*, o *sindicalismo de envolvimento*, mais vulnerável e subordinado ao comando patronal? Como já pudemos mostrar, o principal espaço de atuação das relações profissionais transferiu-se dos âmbitos nacionais para os ramos de atividades e destes para as empresas e locais de trabalho. Do mesmo modo, essa realocação do poder e das

iniciativas para o universo das empresas deu-se em prejuízo dos sindicatos e dos órgãos públicos, conforme reconhece o próprio Relatório Anual da OCDE (op. cit., 1992). Serão capazes os sindicatos de barrar esta tendência do capital, em *reduzir o sindicalismo ao universo da empresa, microcômico, que individualiza e personaliza a relação capital e trabalho*? Conseguirão (re)organizar comissões de fábricas, comitês de empresas, organizações autônomas nos locais de trabalho, capazes de obstar a tendência à cooptação dos trabalhadores?

4) Serão capazes de estruturar um *sindicalismo horizontalizado*, melhor preparado para incorporar o conjunto da *classe-que-vive-do-trabalho*, superando, desse modo, o *sindicalismo verticalizado* que predominou na era do fordismo e que vem se mostrando incapaz de aglutinar tanto os novos contingentes de assalariados quanto aqueles que se encontram *sem trabalho*?

5) Serão capazes de romper com a tendência crescente da *excessiva institucionalização e burocratização*, que tão fortemente tem marcado o movimento sindical em escala global e que o distancia das suas bases sociais, aumentando ainda mais o fosso entre as instituições sindicais e os movimentos sociais autônomos?

6) Serão capazes os sindicatos, respeitadas as suas especificidades, de *avancar para além de uma ação acentuadamente defensiva* e com isso *auxiliar* na busca de um projeto mais ambicioso, que caminhe na direção da emancipação dos trabalhadores? Que resgate ações no sentido de buscar o *controle social da produção*, em vez de perderem-se *exclusivamente* no campo de ações imediatas e fenomênicas, que não questionam sequer minimamente a ordem do capital e do sistema produtor de mercadorias?

A essas interrogações podemos acrescentar aquelas que são *específicas* do movimento sindical dos países industrializados e intermediários da América Latina, como Brasil, México, Argentina, Venezuela, Chile, bem como dos países asiáticos de industrialização recente como a Coreia, Hong Kong, Taiwan, Cingapura etc., entre tantos outros: serão capazes de obstar a

generalização dessa *crise sindical* que já os atinge, em maior ou menor intensidade? O sindicalismo mais combativo, presente em vários desses países, será capaz de participar e auxiliar na elaboração de um modelo econômico alternativo, com claros traços anticapitalistas que, ao mesmo tempo, se fundamente em um avanço tecnológico com bases reais, nacionais, verdadeiras, e que não seja regido por uma lógica de um sistema produtor de mercadorias, destrutivo e excludente, responsável pelas explosivas taxas de desemprego estrutural que hoje estão presentes em escala global? São, como se pode ver, alguns desafios fundamentais, que por certo definirão o futuro dos sindicatos neste final do século XX.

Desse modo, expondo esses desafios que entendemos mais prementes para o movimento sindical, procuramos oferecer um quadro analítico da *crise dos sindicatos*, presente em escala mundial. Os caminhos a serem trilhados pelos sindicatos serão capazes, por certo, de evitar e impedir o seu desaparecimento, enquanto organismos representativos dos trabalhadores, ao menos num espaço de tempo ainda visível. Mas, se estas ações serão capazes de *obstar* estas tendências de enfraquecimento e desgaste crescentes dos organismos sindicais, esta já é uma pergunta para a qual as possíveis respostas ainda não estão claramente delineadas.

1. Além dessas questões, poderíamos acrescentar aquelas que remetem aos países subordinados: frente às mudanças no processo de trabalho em vários países avançados, que repercussões e consequências são percebidas em países como o Brasil? Que mediações analíticas são imprescindíveis, quando se pensa a realidade do mundo do trabalho nos países de capitalismo avançado e seus paralelos e desdobramentos em países como o Brasil? A particularidade da nossa classe trabalhadora aponta para caminhos confluentes ou distintos daqueles que estão sendo trilhados pelo mundo do trabalho dos países centrais? Seguiremos no fluxo ou no contrafluxo das tendências do capitalismo avançado? Estas questões que remetem ao caso brasileiro, procuramos respondê-las, em alguma medida, no ensaio "Mundo do Trabalho e Sindicatos na Era da Reestruturação Produtiva: Impasses e Desafios do Novo Sindicalismo Brasileiro", presente neste volume e no livro *O Novo Sindicalismo*, São Paulo, Scritta, 1991.
2. Fonte: Évolution du Taux de Syndicalisation, in *Rapport Annuel*, OCDE, 1992, cap. 4, elaborado por Jelle Visser e revisado pelo secretariado da OCDE.
3. O artigo "Syndicalisme et Désyndicalisation", de J. Visser, in *Le Mouvement Social* n. 162, jan./mar. 1993, França, Éditions Ouvrières, volume com o título *Syndicats D'Europe* (organizado por Jacques Freyssinet) traz uma análise detalhada da crise sindical dos países avançados, tematizando vários aspectos, como as mudanças no interior do movimento sindical, a expansão da força de trabalho feminina, a emergência de novos setores, como o de serviços, as especificidades nacionais que dificultam as generalizações, a perda de poder dos sindicatos, as suas opções entre atuar como movimentos sociais ou como organismos institucionalizados, além de explorar várias hipóteses acerca das causas da dessindicalização. É importante lembrar que, para Visser (1993:27-28), as taxas de sindicalização são um ponto de partida útil no estudo do sindicalismo, mas não podem ser tomadas como elementos indispensáveis, quando se trata de apreender o significado real da atuação sindical, marcado por muitas diferenças entre realidades aparentemente próximas. Sobre a crise dos sindicatos pode-se consultar também o dossiê organizado pelo jornal *El País*, de 24/1/93, pp. 1-8, que traz uma boa radiografia da crise sindical européia. Ver também R. Freeman, "Pueden Sobrevivir los Sindicatos en la Era Postindustrial?", op. cit., particularmente sobre as tendências em curso no sindicalismo norte-americano, e J. Kelly, *Labour and the Unions*, Verso (Londres, Nova Iorque, 1987), sobre as tendências do sindicalismo inglês. Ver também os artigos de Leôncio M. Rodrigues, 1993a, "A Crise do Sindicalismo no Primeiro Mundo", *Folha de S. Paulo*, 22/3/93, p. 3 e 1993b, "A Sindicalização da Classe Média", *Folha de S. Paulo*, 24/5/93, p. 3.
4. Conforme Jacques Freyssinet, in "Syndicalismes en Europe", op. cit., 1993, Neste mesmo volume, Jelle Visser, discutindo os possíveis caminhos sindicais

a partir da Unificação Europeia, oferece a seguinte conceituação: o "modelo sócio-corporativista alemão, o liberal-voluntarista inglês e o paternalista-estatal francês" (Visser, 1993: 24).

5. Informações detalhadas e uma análise crítica sobre os Cobas podem ser encontradas em L. Bordogna, "'Arcipelago Cobas': Frammentazione della rappresentanza e conflitti di Lavoro", in *Politica in Italia*, Bologna, Ed. Mulino, 1988, pp. 257/292.
6. João Bernardo levou ao limite esta crítica, mostrando, não sem boa dose de razão, que os sindicatos tornaram-se também grandes empresas capitalistas, atuando, enquanto tal, sob uma lógica que em nada difere das empresas privadas. Conforme J. Bernardo, *Capital, Sindicatos, Gestores*, São Paulo, Ed. Vértice, 1987.

IV QUAL CRISE DA SOCIEDADE DO TRABALHO?

DIMENSÕES DA CRISE CONTEMPORÂNEA OU DA NOVA (DES)ORDEM INTERNACIONAL

Vivemos numa época marcada por uma aguda *crise* e inúmeras mistificações. Valores, concepções, ideários, todos eles moldados por manipulações que penetram com enorme intensidade em milhões de consciências e cuja finalidade é mascarar a dimensão aguda da *crise contemporânea*. Duas delas parecem-me mais nefastas e são justamente aquelas para as quais as respostas têm se mostrado absolutamente insuficientes, ao menos quando se pensa nas grandes maiorias trabalhadoras. A *primeira* delas, responsável pelo entendimento que se propagou, a partir da derrocada do Leste em 1989, com o desmantelamento da URSS e praticamente de todos os países que compreendiam o equivocadamente chamado "bloco socialista". A *segunda* ² a crença da vitória do capitalismo, que teria, com a derrota do Leste, criado as condições para sua "eternização".

*ganhar
com
derrota
do blo
co
sociali
sta*

Este ensaio pretende oferecer elementos para a crítica dessas duas mistificações para, ao final, levantar alguns dos desafios mais agudos enfrentados pelo mundo do trabalho.

Começemos pelo Leste Europeu. O colapso vivenciado em 1989 *não significou o fim do socialismo* mas, isto sim, a derrocada de uma tentativa, iniciada em 1917, com a Revolução Russa, mas que foi, pouco a pouco, sendo minada e subordinada à *lógica histórico-mundial do capital*. Uma revolução singular, que contava com sua expansão para o Ocidente para que pudesse sobreviver, viu tolhido este caminho, restando-lhe a expansão para o Oriente, para os países atrasados, de origem colonial. Apesar de seus traços internos anticapitalistas, como a eliminação da propriedade privada, do lucro e da mais-valia acumulados privadamente, a lógica mundializada do capital (e do mercado), acabaram por sufocar estes países pós-capitalistas

que viveram (ou vivem) a partir de 1989, com a URSS à frente, um processo de regressão ao capitalismo. O reino da escassez, o atraso tecnológico, a permanência de uma divisão do trabalho só parcial e limitadamente modificada, a dependência financeira crescente ao capital internacional são algumas das muitas manifestações da crescente subordinação dos países do Leste Europeu à lógica do sistema produtor de mercadorias em escala internacional. O caso chinês, por vezes citado como exemplo de "persistência do socialismo", é uma clara expressão do que oferecemos acima: está cada vez mais articulado *econômica e externamente* com o sistema mundial produtor de mercadorias, ainda que fundado *internamente* em mecanismos e relações não-capitalistas, garantidos por uma autocracia partidária e estatal de feição neo-stalinista, o que tem possibilitado, até o presente, o "sucesso" econômico desse modelo.

Embora rompessem internamente com elementos do capitalismo, os países do Leste mostraram-se incapazes de romper com a *lógica do capital*. Resultado: países dotados de insuficiente desenvolvimento das forças produtivas, apesar de configurarem-se internamente como pós-capitalistas, foram pouco a pouco sendo tolhidos e incorporados pela lógica do capital mundializado. De modo que a *tentativa de transição intentada para o socialismo* não foi capaz de romper a lógica do capital, constituindo-se em sociedades híbridas, nem capitalistas nem socialistas — assemelhando-se neste particular a outros momentos de transição experimentados pela história — e que, no presente, vivenciam uma nítida regressão ao capitalismo. Desse modo, uma postulação essencial de Marx — sobre a necessidade de uma generalização das revoluções socialistas num plano histórico-universal, e da impossibilidade do "comunismo local" — foi confirmada e não negada com o desmoronamento do Leste europeu.

Pelo que se esboçou acima, deve-se concluir que o que desmoronou com a URSS não foi o socialismo, mas uma tentativa de *transição* que não pôde se efetivar, e que poucos anos após o seu início foi adicionada por outro elemento essencial, *subjetivo*, dado pela barbárie stalinista, que ditatorialmente consolidou um "socialismo" que de fato *nunca existiu*.

A outra mistificação, ainda mais forte que a primeira, é aquela que faz a apologia do capitalismo, "eternizado" a partir do desmoronamento do Leste europeu. A derrota daquele seria a consolidação da vitória deste. Porém, ao mesmo tempo em que essa proposição é enormemente veiculada, a *crise* penetra no *centro* dos países capitalistas, numa intensidade nunca vista anteriormente. Paralelamente à globalização produtiva, a lógica do sistema produtor de mercadorias acentuou em tal intensidade a concorrência intercapitalista que converteu a busca da "produtividade", da "modernidade", em um processo *autodestrutivo* que gerou, entre outras consequências nefastas, a criação sem precedentes de uma sociedade de *excluídos*, não só nos países de Terceiro Mundo, mas no coração dos países avançados. O salto tecnológico — de que é exemplo o japonês, seguido pelo avanço alemão — tem ocasionado a desmontagem de inúmeros parques produtivos que não conseguem acompanhar a *lógica perversa da "produtividade"*. Desse modo, alguns países capitalistas avançados tendem "a impor à humanidade o mais perverso tipo de existência imediatista, totalmente destituída de qualquer justificativa em relação com as limitações das forças produtivas e das potencialidades da humanidade, acumuladas no curso da história". Isto se dá porque "o capital é totalmente desprovido de medida e de um quadro de orientação humanamente significativos, enquanto seu impulso interior pela auto-expansão é *a priori* incompatível com os conceitos de controle e limite... É por isso que corresponde à linha de menor resistência do capital levar as práticas materiais da *destrutiva auto-reprodução ampliada* ao ponto em que fazem surgir o espectro da destruição global, em lugar de aceitar as requeridas restrições positivas no interior da produção para a satisfação das necessidades humanas" (Mészáros, I., *Produção Destrutiva e Estado Capitalista*, Ed. Ensaio, 1989, pp. 20 e 102-103).
Consolida-se uma *lógica de produção essencialmente destrutiva*, onde o *valor de uso* das coisas é subordinado ao *valor de troca*. Como resultado disso, "o capital adquire algumas novas potencialidades produtivas, na medida em que realmente não há consequência alguma para o seu sistema se a taxa de uso, que caracteriza a relação do consumidor com um dado produto

for máxima ou mínima. Isto não afeta em absolutamente nada a única coisa que realmente importa do ponto de vista do capital" (idem: 23). As consequências desta lógica de produção destrutiva, desencadeadas num contexto globalizado, são por demais evidentes: "O que marca a próxima fase (do capitalismo) é que regiões inteiras estão 'caindo fora', morrendo em seu papel de regiões industriais porque suas indústrias foram derrotadas na concorrência dos mercados e já não podem levantar o capital monetário para continuar na corrida da produtividade". (Kurz, R., *O Colapso da Modernização*, Paz e Terra, 1993, p. 208). Fenômeno este que não se restringe aos países do Terceiro Mundo industrializado e intermediário como o Brasil, mas que penetra em países centrais, que estão incapacitados de acompanhar a corrida tecnológica. A Inglaterra talvez seja o caso mais gritante. Os EUA sentem diretamente esse processo, suportando até o presente em função de seu expressivo mercado interno. Japão e Alemanha, os países considerados "vitoriosos", também não têm, no limite, como escapar dessa lógica destrutiva, uma vez que estão financiando, "há anos e em dimensões inimagináveis, seus sucessos de exportação nos mercados mundiais, emprestando às economias da OCDE que de fato foram derrotadas na concorrência, os recursos necessários para a continuação da inundação com mercadorias importadas. Somente por isso as economias perdedoras dentro de OCDE ainda não tomaram o rumo das sociedades pós-catastróficas do Sul e do Leste, porém à custa de acumularem verdadeiras montanhas de dívidas impagáveis" (idem: 213). A experiência recente dos países asiáticos, como Coreia, Hong Kong, Taiwan e Cingapura, são irrealizáveis em países de dimensão continental; em sua maioria, são pequenos países que não conseguiram sequer desenvolver um mercado interno e dependem diretamente do Ocidente para desenvolver sua industrialização para exportação. Não se constituem, desse modo, em alternativa a ser seguida e viabilizada pelos países continentais do Terceiro Mundo. Desse modo, a crise que antes atingia o Terceiro Mundo, depois de destruir o Leste europeu, avança em direção ao centro. A lógica desigual que configurou as relações entre países do centro e do Terceiro Mundo penetra no interior do

Ocidente. A miserabilidade presente nas grandes capitais, as altíssimas taxas de desemprego, a desindustrialização de inúmeros complexos produtivos são algumas expressões mais visíveis da crise aguda que marca a sociedade capitalista. Numa conclusão, pode-se dizer que "o Ocidente encontra-se diante do mesmo problema que já rebaixou o Sul e o Leste ao status de grandes perdedores. Quanto mais diminui a capacidade aquisitiva global, real ou produtiva, em virtude da destruição, mediada pela concorrência, de recursos e capital, e quanto mais se intensifica a luta entre os vencedores restantes, tanto mais cedo têm que ficar para trás na corrida da produtividade, também dentro da OCDE, economias nacionais inteiras, caindo abaixo do nível global da rentabilidade alcançado" (idem: 210-211). De modo que, de expectador privilegiado da crise no Terceiro Mundo e posteriormente no Leste Europeu, o centro torna-se o cenário principal, vivenciando em seu interior dimensões tão explosivas e críticas quanto aquelas que antes ficavam restritas ao Sul. Confrontos grevistas, como a recente paralisação ampliada dos sindicatos europeus ou a greve dos metalúrgicos da Alemanha ex-Oriental, de maio de 1993, são apenas um tímido sinal do que pode acontecer no *centro nervoso do capital*. Por tudo isso, apregoar a "vitória" do capitalismo nesse contexto só pode ser entendido como mais um brutal exercício de manipulação. Tudo isso possibilita, neste final de século "quase das trevas", um real revivescimento da esquerda, renovada e radical, inspirada em valores essenciais do pensamento de Marx, fundada na *classe-que-vive-do-trabalho*, e por isso capaz de iniciar um processo de construção de socialismo, que de fato dê início a uma organização societária emancipada, fundada em valores *para além do capital, do mercado, do lucro*, que possibilitem a existência de seres sociais *omnilaterais*, "livremente associados". É, como se pode ver, um empreendimento difícil e ousado, para o qual estão impossibilitados tanto a *velha esquerda da era stalinista*, como a *esquerda social-democrática*.